

“O rompimento de barragens matou de uma vez, na lama e na enxurrada. Essa sonegação da CFEM é um crime que mata lentamente e que muitas vezes não é sentido”



PARALISAÇÃO DE USINA ABRE NOVO CICLO DA MINERAÇÃO EM ITABIRA

A Vale vai hibernar unidade da mina Cauê a partir de 2026 para readequação industrial, concentrando a produção na planta de Conceição. Sindicato Metabase acompanha o processo e cobra garantias de emprego e estabilidade econômica para o município durante a transição.

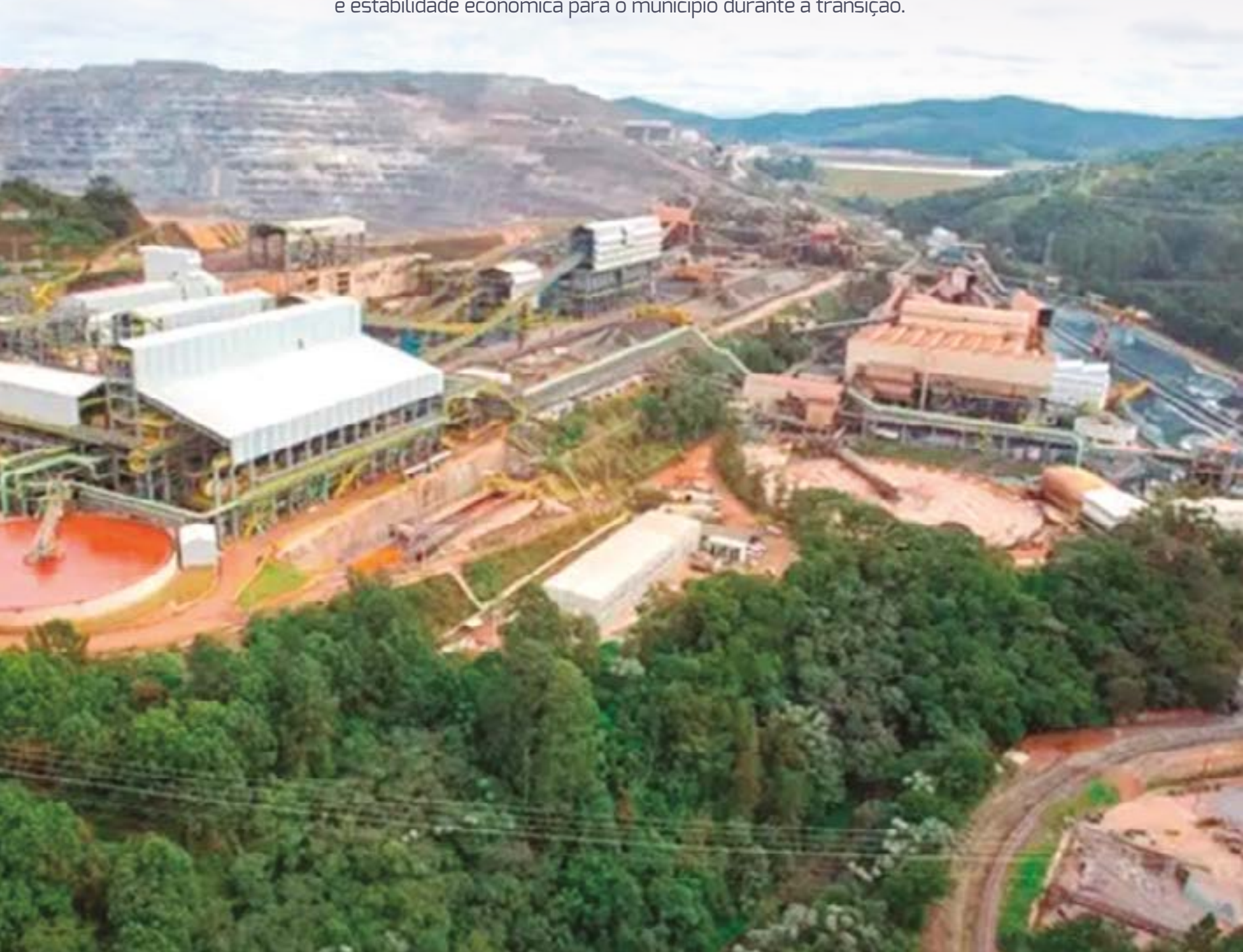


Foto: Reprodução/Site/Republicanos



Minerais críticos e o futuro do Brasil

José Silva Soares, o “Zé Silva” (Republicanos), é deputado federal por Minas Gerais e presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável (FPMIn). O artigo reproduzido nesta página foi publicado originalmente no jornal O Tempo.

Os minerais críticos estão no centro da transição energética global. Eles são essenciais para tecnologias que definirão o futuro — baterias, turbinas eólicas, painéis solares, semicondutores, carros elétricos e fertilizantes. O Brasil reúne vantagens únicas para assumir papel de destaque nessa nova economia.

Entre esses diferenciais estão a matriz elétrica limpa, com quase 90% da geração renovável, que aumenta a competitividade da indústria brasileira, e instituições de excelência, como o Cetem. Temos também legislação ambiental reconhecida e reservas que nos colocam entre os países com o maior potencial mineral do mundo.

A corrida pela descarbonização impulsiona a demanda por minerais estratégicos. Um carro elétrico utiliza seis vezes mais minerais que um veículo convencional. Embora o tamanho da oportunidade seja evidente, o Brasil ainda tem apenas 27% do território mapeado em escala adequada. O Plano Decenal de Mapeamento Geológico (Plan-Gel 2026-2035) deve abrir caminho para novas descobertas e investimentos privados.

Competitividade

Estudo recente da Deloitte comparou Brasil, Argentina, Chile, Canadá e Austrália e concluiu que, em todos os cenários de preço, o Brasil é o país mais competitivo. Temos condições reais de desenvolver uma indústria mineral moderna e integrada — uma

cadeia que ainda está em formação, mas que pode gerar valor agregado e posicionar o país de forma estratégica. Não há transição energética sem minerais críticos. Essa agenda pode redefinir o papel do Brasil na economia global, gerar empregos qualificados e fortalecer uma mineração responsável. Muitos projetos surgem no interior, regiões historicamente carentes de políticas públicas e onde a atividade mineral pode impulsionar infraestrutura, renda e desenvolvimento regional.

Países como Estados Unidos, Canadá, Austrália e membros da União Europeia já adotam políticas robustas de incentivo à produção e à transformação mineral. O Brasil não pode ficar atrás. Precisamos de instrumentos econômicos eficazes, segurança regulatória e planejamento de longo prazo.

Há ainda impacto direto na segurança alimentar. O Brasil é potência agrícola, mas importa mais de 90% dos fertilizantes que utiliza — parte vinda de regiões em conflito ou sujeitas a sanções. É urgente diversificar fornecedores e incentivar a produção nacional para reduzir vulnerabilidades e garantir estabilidade ao campo.

“Temos condições reais de desenvolver uma indústria mineral moderna e integrada — uma cadeia que ainda está em formação”

“Essa agenda pode redefinir o papel do Brasil na economia global, gerar empregos qualificados e fortalecer uma mineração responsável”

Política nacional

Nesse contexto, o Projeto de Lei 2.780/2024, do qual sou autor, cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. O relatório do deputado Arnaldo Jardim está pronto para votação no plenário. A proposta garante segurança jurídica, estimula investimentos e agrega valor aos recursos minerais. O texto foi construído em diálogo com o Executivo, o setor produtivo e a comunidade científica.

Esperamos que o Colégio de Líderes inclua o tema na pauta nas próximas semanas. O Brasil não pode perder tempo. A disputa global por minerais estratégicos já está em curso, e esses insumos são fundamentais tanto para a transição energética quanto para a produção de fertilizantes — e, portanto, para o combate à fome.

O país tem recursos, conhecimento, sustentabilidade e competitividade. Cabe ao Executivo e ao Legislativo transformar esse potencial em desenvolvimento, empregos e oportunidades para a população brasileira.

EDITORIAL

E agora vai?

Carlos Drummond de Andrade foi certo. Em sua emblemática crônica “Vila de Utopia”, o Poeta Maior revelou a imensa euforia da população da “cidadezinha qualquer” diante da descoberta da fabulosa jazida de minério de ferro (hematita).

O cronista ressaltou, por exemplo, a avaliação do muito deslumbrado Visconde de Serro Frio sobre a extensão do potencial do subsolo de Mato Dentro. “É curiosa a vila de Utopia, posta na vertente da montanha venerável e adormecida na fascinação do seu bilhão e 500 milhões de toneladas de minério com um teor superior a 65% de ferro, que darão para abastecer quinhentos mundos durante quinhentos séculos”, previu o nobre senador do império.

Mas a riqueza mineral não é um recurso renovável. Nada, portanto, eterno. O tempo, o senhor de todas as razões, escancarou a fantasia do interminável. Nas últimas três décadas, a mineradora Vale exibiu o prazo de validade das minas nas mais diversas oportunidades. A princípio, o ponto final se daria em 2025. Como se vê — e somos testemunhas — o presságio não se confirmou. O encerramento das atividades extrativistas, no entanto, é fato consumado.

A dura realidade está na cara. Basta observar as encostas esburacadas da paisagem urbana da pólis. O cenário é de terra arrasada. Até já existe “mina abandonada” no script. A Vale insiste no malabarismo de prorrogação da agonia do “paciente”. Recentemente, a empresa anunciou uma sobrevida de 16 anos para a exploração mineral. Então, respire aliviado, mesmo com a intensa poluição atmosférica.

“Recentemente, a empresa anunciou uma sobrevida de 16 anos para a exploração mineral. Então, respire aliviado, mesmo com a intensa poluição atmosférica”

A sociedade itabirana terá quase duas décadas para redefinir o seu futuro socioeconômico — com ou sem diversificação. Agora vai? Ninguém sabe. Aguarde o próximo capítulo da ilimitada trama da exaustão. É tudo muito exaustivo!

EXPEDIENTE

DeFato

Diretor Administrativo
Thiago Jacques
thiago@defatoonline.com.br

Gerente Comercial
Rachel Furtado
rachel@defatoonline.com.br

Redação
Edna Coelho
Giovanna Victória
Guilherme Guerra
Jardel Mendes
Ramon Agostinho
Tonny Moraes

Editorial
Fernando Silva

Editores de Jornalismo
Fernando Silva
Gustavo Linhares

Fotos Capa
Principal: Esdras Vinicius
Entrevista: Guilherme Guerra/DeFato Online

Gerente de Produção
Marina Colombo
opec@defatoonline.com.br

Diagramação
Sônia Oliveira - Ponte Propaganda
gerencia@pontepropaganda.com.br

Impressão:
Gráfica Pinus

Na nossa gestão no TCE-MG, a Vale e outras mineradoras sonegadas não vão ter tranquilidade, garante Durval Ângelo

Foto: Guilherme Guerra/DeFato Online

O conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Durval Ângelo, esteve em Itabira no dia 16 de dezembro para participar da primeira edição da Comenda Personalidade de Ferro de Itabira — honraria com a qual foi agraciado.

Na oportunidade, ele ministrou uma palestra sobre a reforma tributária e seus impactos nos municípios, além de abordar temas importantes para as cidades mineradoras, como a sonegação pelas empresas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e a fiscalização do setor.

Como acontece essa sonegação fiscal pelas empresas mineradoras?

Muitas vezes o minério é guiado para um paraíso fiscal, só que ele [minério] não vai para as Antilhas ou Caribe, o navio continua o seu rumo, é só a nota fiscal que é fictícia [e vai para o paraíso fiscal]. A nota fiscal faz isso, de Itabira para lá [paraíso fiscal]. E o navio está indo de Itabira para a China. Essa é a grande questão.

Hoje você também tem uma mineração ilegal de ferro na região toda. Há pouco tempo nós tivemos a apreensão de mais de 100 caminhões em Barão de Cocais. Foi uma denúncia encaminhada pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais. E a gente pergunta: “para onde vai esse minério que está sendo retirado clandestinamente em Barão de Cocais?” Mas, depois das ações da Polícia Civil, a sonegação continua em outras regiões e mesmo em Barão de Cocais.

“Vamos treinar fiscais das prefeituras para que possam requisitar notas fiscais, fazer inspeções na extração das minas e para controlarem aquilo que está sendo sonegado”

Quem tem contrato para exportação com a China é a Vale do Rio Doce, ou melhor, tira o Rio Doce, porque não é tão doce assim, a Vale. Então, ela acaba comprando o minério que é extraído ilegalmente, de forma clandestina, então é um absurdo uma coisa dessa.

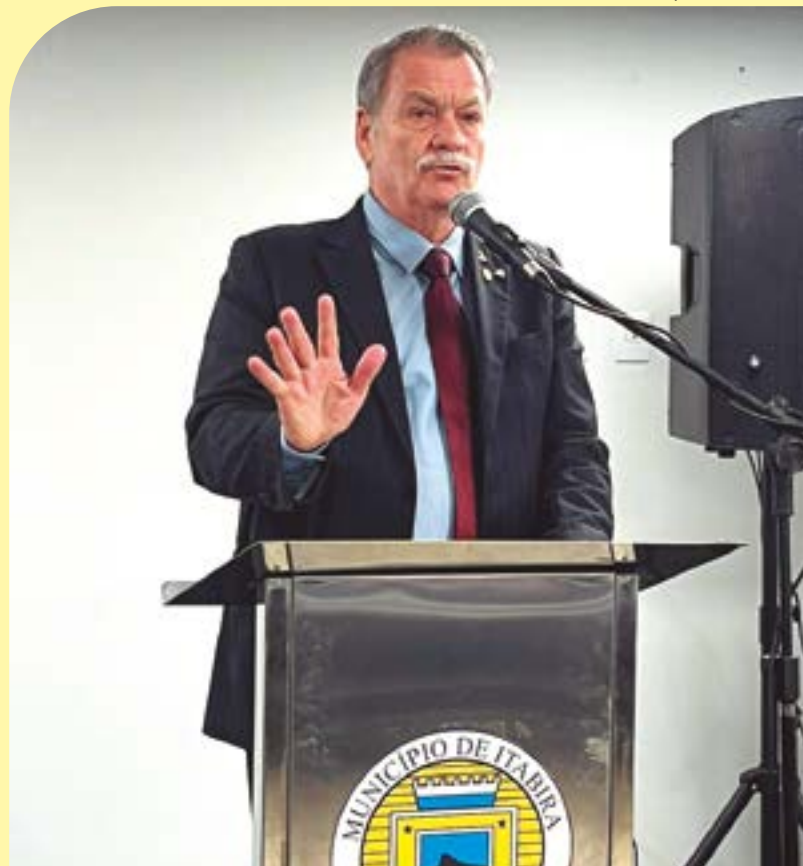
Então, uma mineradora que deixa o buraco na terra, que deixa Itabira, no sentimento do poeta maior [Carlos Drummond de Andrade], ser só um retrato triste na parede. É a mineradora que mata em Mariana, que mata em Brumadinho. Essa mineradora que mata é a mesma que sonega.

Então, ela continua matando de forma cotidiana. Porque ela não está sonegando. A CFEM [Compensação Financeira pela Exploração Mineral], ela está sonegando mais vagas em educação infantil. Ela está sonegando melhor atendimento oncológico. Essa mineradora está sonegando melhores programas sociais. Essa mineradora está sonegando a proteção ao meio ambiente, porque com esse dinheiro o município pode fazer um bem maior para o povo.

Qual o impacto financeiro dessa sonegação fiscal para as os municípios mineradores, a exemplo de Itabira?

Um relatório, cujo relator é um ministro muito sério, o Benjamin Ziller, indica que a sonegação da CFEM é altíssima. Segundo o estudo do Tribunal de Contas da União, 70% das empresas que trabalham com mineração sonegam. E, por incrível que pareça, algo que eu acho que vai doer muito aos itabiranos, que Drummond nos diz que tem sangue na veia, mas na sua composição física, carrega o ferro, a Vale é a maior sonegadora. Com muitos advogados importantes, a Vale vai protelando a dívida dela devido a sonegação, que estava em R\$ 5 bilhões.

A Itabira, não só, mas dos R\$ 20 bilhões de sonegação que o Tribunal de Contas da União apontou, perto de R\$ 2 bilhões, pelo menos R\$ 1 bilhão e 700 milhões são referentes à Itabira.



O presidente do TCE-MG, Durval Ângelo, esteve em Itabira e falou sobre alguns problemas do setor mineral, como a sonegação da CFEM

Você imagina a vida da cidade, o que seria com esse R\$ 1 bilhão e 700 milhões? Imagina as condições de vida de todos vocês e da população. É um crime que mata lentamente. O outro [rompimento de barragens] matou de uma vez, na lama e na enxurrada. Essa sonegação é morte aos poucos e que muitas vezes não é sentido.

O TCE-MG está com um projeto pra treinar os municípios a fiscalizarem as mineradoras. Como será isso?

A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais não quis participar de um encontro em 6 de outubro. Parece que o [Governo do] Estado está satisfeito com a situação das mineradoras, que, segundo o relatório do Tribunal de Contas da União, sonega 70% da CFEM em Minas Gerais. A maior sonegadora, o que dói para Itabira, é a Vale.

Então nós vamos treinar fiscais das prefeituras, junto com o Tribunal de Contas da União, para que o município possa requisitar notas fiscais, possa fazer inspeções na

“Segundo o Tribunal de Contas da União, as mineradoras sonegam 70% da CFEM em Minas Gerais. A maior sonegadora é a Vale”

extração das minas e para que possa controlar efetivamente aquilo que está sendo sonegado.

Na nossa gestão no Tribunal de Contas de Minas Gerais, a Vale e outras empresas mineradoras sonegadas não vão ter paz, não vão ter tranquilidade.

Também fizemos a nova resolução da CFEM em Minas Gerais. Se o município se omitir, quiser ficar em conluio com a empresa mineradora e não fiscalizar, vai ser punido. Nós não podemos punir as empresas, pois é competência do Tribunal de Justiça — e que ele cumpra seu papel. Mas aos agentes públicos — prefeitos, secretários e fiscais que se omitirem — o Tribunal de Contas pode agir, pode sancionar, pode punir.

AngloGold Ashanti conclui descaracterização de barragem em Santa Bárbara

Obra elimina estrutura de rejeitos em Córrego do Sítio e marca avanço na redução de riscos associados a barragens

A AngloGold Ashanti concluiu as obras de descaracterização da barragem CDS II, na mina de Córrego do Sítio, em Santa Bárbara. A estrutura, que armazenava volume de rejeitos semelhante ao liberado no desastre de Brumadinho, estava situada acima de uma área habitada por mais de mil pessoas e era considerada sensível do ponto de vista da segurança.

Antes da intervenção, a barragem havia registrado ocorrências como trincas, abatimentos e acionamentos indevidos do sistema de alerta, o que ampliou a atenção de órgãos de fiscalização e da própria empresa.

O processo de descaracterização envolveu o fechamento do reservatório com solo, estabilização do maciço, implantação de sistemas de drenagem e recuperação paisagística com cobertura vegetal. O investimento foi de cerca de R\$ 253 milhões e mobilizou aproximadamente 350 profissionais.

“O investimento foi de cerca de R\$ 253 milhões e mobilizou aproximadamente 350 profissionais”

Foto: Divulgação/AngloGold Ashanti



Barragem CDS II pertencente à mineradora AngloGold Ashanti teve o processo de descaracterização concluído



casasanto

Conceição
da fartura e do queijo.

Como é bom celebrar você, Conceição do Mato Dentro! Que sua história continue transpirando cultura e inspirando gerações.



Assista ao vídeo



Paralisação da usina Cauê marca transição na mineração de Itabira e exige atenção à economia local

Vale prepara readequação industrial a partir de 2026; sindicato acompanha impactos e cobra garantias de emprego durante o novo ciclo produtivo

Fotos: Esdras Vinicius

A Vale vai paralisar a usina da mina Cauê a partir do segundo semestre de 2026 para um processo de readequação industrial, passo considerado estratégico para viabilizar o novo ciclo da mineração em Itabira, com produção projetada até 2041.

Durante o período de intervenção, a planta entrará em hibernação e toda a produção do complexo será concentrada nas usinas da mina Conceição. A mudança levanta preocupações sobre impactos

“A readequação permitirá que a planta processe rejeito filtrado, alinhando Itabira ao modelo sem disposição em barragens”

econômicos, mas, segundo o Sindicato Metabase, a arrecadação do município com a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e o VAF deve ser preservada, já que o volume médio de produção será mantido.

De acordo com o presidente do Metabase, André Viana Madeira, a usina Cauê opera hoje fora dos padrões tecnológicos mais atuais, especialmente no reaproveitamento de água, no uso de reagentes e na gestão de rejeitos. A readequação permitirá que a planta processe rejeito filtrado, alinhando Itabira ao modelo sem disposição em barragens.

A Vale afirma que a modernização é necessária para garantir eficiência, segurança e sustentabilidade ao longo da próxima década e que não haverá interrupção da atividade minerária no município.



No Complexo Conceição, a Usina 1 será descomissionada para permitir o acesso ao minério localizado sob sua estrutura

Compromisso com os trabalhadores e mobilização sindical

Em reunião com a direção da Vale, o sindicato obteve o compromisso de manutenção dos postos de trabalho durante o período de paralisação da usina Cauê. O acordo prevê acompanhamento mensal do número de demissões, estabilidade do turnover e realocação de trabalhadores para outras áreas do complexo, como

manutenção, obras de adequação ou unidades da mina Conceição.

O Sindicato Metabase também defende a ampliação da primarização de serviços terceirizados. André Viana reforça a importância da mobilização sindical e alerta os trabalhadores a buscarem informações oficiais para evitar insegurança diante das mudanças.

Fotos: Divulgação/Sindicato Metabase



Representantes do Sindicato Metabase e da mineradora Vale em reunião

Os ciclos da mineração em Itabira

Desde o início das operações da Vale, em 1942, Itabira atravessou diferentes ciclos minerários: a extração de hematita, a concentração do itabirito friável e, mais recentemente, o aproveitamento do itabirito compacto.

O novo ciclo inclui a readequação de usinas, o reaproveitamento de rejeitos e estudos geológicos que podem ampliar a vida útil das minas. A transição em curso reforça a importância da mineração no presente, mas também reacende o debate sobre o futuro econômico da cidade pós-2041.

“O novo ciclo da mineração inclui a readequação de usinas, o reaproveitamento de rejeitos e estudos geológicos que podem ampliar a vida útil das minas”

AMIG Brasil entrega a Lula pauta das cidades mineradoras e cobra novo modelo para o setor

Associação defende mudanças no marco regulatório, reforço da fiscalização e compensações mais justas aos municípios

Fotos: Giovanna Victoria/DeFato Online

A Associação Brasileira dos Municípios Mineradores (AMIG Brasil) entregou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) um ofício com as principais reivindicações das cidades impactadas pela mineração. O documento reúne propostas aprovadas no VI Encontro Nacional dos Municípios Mineradores, que contou com representantes de 75 cidades de 14 estados responsáveis pela maior parte da produção mineral do país.

Entre as demandas apresentadas estão a modernização do Código Mineral, o fortalecimento da Agência Nacional de Mineração (ANM), maior rigor e transparên-

cia na fiscalização, combate à mineração ilegal e garantia de acesso das prefeituras às informações técnicas dos empreendimentos. A AMIG também defende o realinhamento das alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), como forma de corrigir perdas históricas agravadas pela reforma tributária.

“O documento reúne propostas aprovadas no VI Encontro Nacional dos Municípios Mineradores”



Prefeito de Itabira e presidente da AMIG Brasil, Marco Antônio Lage (PSB) foi responsável por entregar as demandas ao presidente da República

Itabira inaugura fábrica que transforma PET reciclado em supressor de poeira para a mineração

Unidade da Biosolvit aposta em economia circular, inovação ambiental e geração de renda para catadores

Fotos: Giovanna Victoria/DeFato Online

Itabira inaugurou no dia 15 de dezembro a fábrica da Biosolvit, instalada no bairro Gabiroba, dedicada à produção de um supressor de poeira a partir de garrafas PET e outros resíduos plásticos. A unidade transforma materiais de baixo valor comercial em uma resina biodegradável utilizada para reduzir a emissão de partículas em pilhas de minério, vias não pavimentadas, vagões ferroviários e operações de carregamento na mineração.

Além do ganho ambiental, o projeto tem impacto socioeconômico direto. A cadeia de fornecimento envolve 11 associações da região, beneficiando aproximadamente 560 famílias, com expectativa de aumento médio de 30% na renda dos catadores. A instalação da fábrica em Itabira reduz custos logísticos, fortalece a reciclagem local e posiciona o município como polo de soluções sustentáveis para a mineração.

“A unidade transforma materiais de baixo valor comercial em uma resina biodegradável utilizada para reduzir a emissão de partículas de minério”



Com a instalação da unidade da Biosolvit, Itabira se coloca como uma cidade que busca soluções sustentáveis à mineração

Olhando para trás, a gente vê que sempre esteve olhando para frente.

Estamos chegando a mais um encerramento de ciclo e a **Câmara de Itabira** chega ao fim de 2025 com a certeza de ter feito sempre o **melhor para a nossa cidade**. Com compromisso e transparência, **trabalhamos com você, para você e por você**. Com orgulho, celebramos os resultados e esperamos um **2026 ainda melhor**.

Conheça e acompanhe o trabalho da **Câmara de Itabira** em: itabira.cam.mg.gov.br



BOMBOU NA WEB

www.defatoonline.com.br

Foto: Divulgação



Shein abre nova loja temporária em Belo Horizonte com foco no fim de ano

A Shein voltou a Belo Horizonte em dezembro com uma nova loja temporária no Shopping Pátio Savassi. A varejista, conhecida pela força de vendas no ambiente digital, apostou mais uma vez no modelo físico para ampliar presença na capital mineira em um período decisivo para o comércio: o Natal e o Réveillon compõem o melhor período para os lojistas. A entrada é gratuita, mediante agendamento online, pelo Sympla.

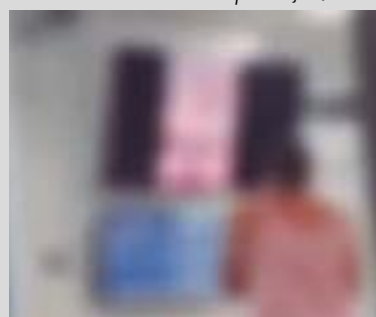
Itabira: Justiça dá 10 dias para Vale realocar famílias atingidas pelas obras do Sistema Pontal

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) obteve decisão judicial que determina uma nova realocação de famílias em áreas atingidas pelas obras de descaracterização e descomissionamento do Sistema Pontal, em Itabira. A medida é um desdobramento da Ação Civil Pública movida pelo órgão, que aponta os riscos e impactos das intervenções nas barragens e diques da região. Segundo a decisão, a Vale tem dez dias para realocar esses familiares, com a contagem iniciada em 18 de dezembro.

Foto: Divulgação/ATI/FIP



Foto: Reprodução/Vídeo



Filme pornográfico é exibido em TV do Hospital Margarida, em João Monlevade, e caso é investigado

A exibição de imagens de conteúdo pornográfico em uma televisão do Hospital Margarida, em João Monlevade, causou constrangimento a pacientes, acompanhantes e funcionários no dia 16 de dezembro. A televisão, que é uma Smart TV, foi acessada indevidamente por terceiros, resultando na exibição das cenas impróprias. Ao perceberem a situação, funcionários desligaram o equipamento imediatamente. A direção da unidade comunicou que as medidas cabíveis estão sendo adotadas.

Cortejo fúnebre comove João Monlevade no adeus às cinco vítimas de acidente na BR-381

A tarde do dia 1º de dezembro foi marcada por comoção durante o cortejo fúnebre das cinco vítimas do grave acidente acontecido no dia 29 de novembro, na BR-381, na altura do Corte de Pedras, em João Monlevade. Familiares, amigos e moradores acompanharam o trajeto dos caixões, do Centro Comunitário Cruzeiro Celeste para o Cemitério Baú Novo, em um ato coletivo de despedida pelas ruas da cidade. O acidente vitimou um casal de idosos, a filha, o genro e uma criança de apenas quatro anos; um adolescente de 15 anos foi internado em estado grave.

Foto: Sevor/Reprodução



Histórias valorizadas, direitos respeitados e realidades transformadas

casasanto

Nosso compromisso vai além da mineração: respeitamos direitos, cuidamos das pessoas e fortalecemos comunidades.

Com a política de desempenho social, promovemos diálogo e soluções construídas em conjunto com as pessoas para reduzir impactos, ampliar benefícios e apoiar iniciativas locais em educação, saúde e geração de renda, como o projeto Pérola Negra.

Tudo seguindo padrões e boas práticas de governança, porque respeitar direitos humanos é essencial para melhorar a vida das pessoas.

Saiba mais no site:
socialway.angloamerican.com/pt-pt



Projeto Pérola Negra - Dom Joaquim-MG